

## **RECOMENDAÇÃO**

09.2018.00000874-0

**FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO E, EM CASO DE ACEITAÇÃO,  
ENCAMINHAR RESPOSTA INFORMANDO EXPRESSAMENTE A  
INTENÇÃO DE ACATAR A RECOMENDAÇÃO**

**Senhor Presidente**

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, por intermédio de seu Promotor de Justiça titular da 5ª Promotoria de Justiça de Lages, tomou conhecimento, nos autos do **Procedimento Administrativo n. 09.2018.00000874-0**, acerca da potencial inconstitucionalidade de dispositivos de Lei Complementar Municipal que regulamentou as carreiras dos cargos de provimento efetivo da Câmara de Vereadores de Lages.

**Prezado Sr. Luiz Marin**  
**Exmo. Presidente da Câmara de Vereadores de Lages**

Jean Pierre Campos  
Promotor de Justiça

Assim sendo, e

**CONSIDERANDO** que o art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa dispõe que: "*a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*";

**CONSIDERANDO** que "*a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração*" (art. 37, inciso II, da Lei Maior);

**CONSIDERANDO** que o acesso ao serviço público deve ser amplo e irrestrito, de forma que toda e qualquer pessoa que tenha interesse de nele ingressar possa desfrutar de iguais oportunidades de disputa, sendo o concurso público o instrumento eleito pelo constituinte originário para viabilizar essa acessibilidade igualitária e impessoal nos quadros da Administração Pública;

**CONSIDERANDO** que a Súmula Vinculante n. 43 assenta ser "*inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido*";

**CONSIDERANDO** que a vedação existente na referida súmula refere-se à chamada "ascensão funcional" – também denominada como progressão derivada –, a qual consiste na progressão funcional do servidor público entre cargos de carreiras distintas. Ocorre, assim, uma promoção do servidor para cargo superior, que, todavia, integra diferente carreira daquela originalmente;

**CONSIDERANDO** que é vedado ao servidor público, sem aprovação em novo certame, alcançar cargo situado em carreira diversa daquela originalmente ocupada;

**CONSIDERANDO** que o artigo 28 da Lei Complementar Municipal n. 514/2018 prevê que "*progressão funcional é o instituto pelo qual o servidor da Câmara de Vereadores, com mais de 05 (cinco) anos no cargo e na classe e/ou especialidade e o cumprimento dos requisitos instituídos por esta lei, poderá deslocar-se para outra*

Jean Pierre Campos  
Promotor de Justiça

*classe e/ou especialidade do cargo a que pertence, por meio de processo de capacitação funcional";*

**CONSIDERANDO** que o referido dispositivo prevê hipótese de alteração na natureza do cargo cujo servidor originalmente submeteu-se a exame para exercer, em manifesta burla à exigência de concurso público para o ingresso nos quadros de servidores públicos;

**CONSIDERANDO** que, de acordo com a análise realizada pelo Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade – CECCON, ao prever o deslocamento de classe de servidores da Câmara Municipal diante da capacitação funcional, incide o artigo 28 da Lei Complementar n. 514/2018 em inconstitucionalidade, diante da manifesta violação à regra da obrigatoriedade do concurso público, disposta no artigo 21, inciso I da Constituição do Estado de Santa Catarina, bem como no artigo 37, inciso II, da Constituição da República;

**CONSIDERANDO**, ainda, que os artigos 29, 30, 31 e 32 da Lei Complementar n. 514/2018 disciplinam a progressão funcional disposta no artigo 28, sendo que a declaração de inconstitucionalidade torna sem razão a manutenção desses dispositivos na Lei impugnada;

**CONSIDERANDO** que o reconhecimento da incompatibilidade dos artigos questionados em face da Constituição afetará e prejudicará o restante da estrutura legal da Seção II da Lei Complementar n. 514/2018, razão pela qual se mostra necessário que os efeitos da invalidade dessas normas sejam estendidos para os dispositivos mencionados;

**CONSIDERANDO** que a atual presidência da CÂMARA DE VEREADORES DE LAGES, em reunião realizada nesta Promotoria de Justiça sinalizou interesse em solucionar a questão extrajudicialmente, sendo esse um dos objetivos principais que todos os membros do Ministério Público devem perseguir, nos termos das orientações do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

**O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com base no inciso IV, parágrafo único do artigo 27 da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); art. 6º,**

Jean Pierre Campos  
Promotor de Justiça

**inciso XX da Lei Complementar n. 75/93 c/c art. 80 da Lei n. 8.625/93 e art. 83, XII da Lei Complementar Estadual n. 197/00, resolve**

**RECOMENDAR** a Vossa Excelência que adote todas as providências legais que lhe competem [de iniciativa de lei complementar] voltadas a **revogar os artigos 28, 29, 30, 31 e 32 da Lei Complementar Municipal n. 514/2018.**

Lages/SC, 2 de abril de 2018.

**Jean Pierre Campos**  
**Promotor de Justiça**

Jean Pierre Campos  
Promotor de Justiça